

RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.067 - AM (2019/0069892-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS**
ADVOGADO : **CÉSAR AUGUSTO DE PINHEIRO PEREIRA E OUTRO(S) -**
BA017712
RECORRIDO : **CONSTRUTORA F LOPES LTDA**
ADVOGADO : **ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL - AM003701**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS contra acórdão proferido pelo TJAM assim ementado (e-STJ fl. 177):

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO DE APELAÇÃO POR ESTAR INTEMPESTIVO. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 932 DA LEI CIVIL ADJETIVA.

- Razões de Agravo que cotejam mesmos elementos da Apelação sem trazer qualquer inovação ou elemento que justifique a alteração da Decisão Monocrática guerreada.
- À míngua de elementos hábeis a infirmar as razões que fundamentaram a decisão monocrática objeto do Agravo Interno, sua manutenção é medida que se impõe.
- Agravo conhecido e não provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 211/217).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 219/235), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 11, 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, pois não examinada a existência de embargos de declaração na origem, que tramitaram em autos virtuais apartados, mas interrompeu o prazo para a interposição do recurso posterior.

Assevera violação dos arts. 1.003, § 5º, e 1.026 do CPC/2015, uma vez que a interposição de embargos de declaração interrompe o prazo para outros recursos, pouco importando se foram conhecidos ou não. Entende que a não juntada do recurso se deu por erro atribuível apenas ao judiciário, não à parte.

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ fls. 256/258).

É o relatório.

Decido.

Importa esclarecer que os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Na hipótese, a parte interessada alegou a ausência de exame acerca de embargos de declaração autuados em autos apartados, por erro do sistema do Tribunal, o que levaria à tempestividade da apelação, pois os declaratórios interrompem o prazo para a interposição de outros recursos.

Note-se que o tema foi trazido à baila desde o agravo regimental interposto no Tribunal de origem, não tendo a turma julgadora realizado sua análise.

Assim, o voto condutor do acórdão de julgamento dos declaratórios não se manifestou acerca do tema, caracterizando a efetiva ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, máxime porque a análise das questões articuladas nos embargos é imprescindível para a solução da lide. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. OMISSÃO CARACTERIZADA. ANULAÇÃO DO JULGADO. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

1. É imprescindível para o deslinde da questão a manifestação pelo Tribunal de origem acerca do pedido da agravada de repetição de indébito em dobro dos valores cobrados pelo recorrido, ante a ausência de engano justificável.
2. Esclareça-se que, apesar de instado a se manifestar sobre tal ponto, o Tribunal a quo somente declarou a necessidade de repetir o indébito na forma simples sem fundamentação alguma. É necessário a análise da presença do suposto engano justificável pela Instância de origem, pois apenas dessa forma poderá haver alguma avaliação do tema por Esta Corte. Resta configurada a omissão do julgado, apto a justificar a sua anulação por este Tribunal Superior.
3. Sendo assim, mantenha-se a decisão agravada, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que profira novo julgamento, desta vez, se pronunciando a respeito da questão levantada.
4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 47.520/RJ, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/10/2011, DJe 18/10/2011.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROVIMENTO PARCIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO EXISTENTE. DEMAIS ASPECTOS MANTIDOS.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do art. 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal a quo persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum* ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição arguida como existente no *decisum*.
2. Não apreciadas as nulidades alegadas, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que julgou os embargos declaratórios, a fim de que o vício no *decisum* seja sanado. Assim, não ocorre contrariedade ao art. 535, incs. I e II, do CPC, quando o Tribunal de origem decide todas as questões postas ao seu exame, com a fundamentação que entende adequada. Não há que se confundir entre pronunciamento contrário aos interesses da parte e ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.
3. À falta de prequestionamento, inviável o exame da alegada afronta aos arts. 458, III, e 463 do CPC, o que faz atrair o enunciado da Súmula 282/STF.
4. Tendo o Tribunal a quo lastreado a sua conclusão a partir da análise minuciosa das circunstâncias fáticas dos autos, não há como adentrar em tais matérias, sem rever o conjunto fático-probatório dos autos, o que é defeso, a teor da Súmula 7/STJ.
5. O dissídio não logrou aperfeiçoar-se seja porque não observados os requisitos de sua configuração (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC), seja porque, no caso, há particularidade não divisada nos arestos trazidos a confronto, o que afasta a similitude fática entre os julgados.
6. Agravo regimental parcialmente provido, para conhecer, em parte, do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe provimento, decretando-se a nulidade do acórdão dos embargos de declaração, e, via de consequência, determinar o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, de forma expressa, a respeito do quanto alegado pelo recorrente em sede declaratória, relativamente à questão alusiva aos arts. 512 e 515 do CPC (existência de *reformatio in pejus* no julgado).

(AgRg no REsp n. 926.426/RJ, Relator Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA,

Superior Tribunal de Justiça

julgado em 7/4/2011, DJe 4/5/2011.)

No caso concreto, o reconhecimento da existência de omissão e contradição impõe o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para que seja proferido novo julgamento da questão suscitada nos embargos de declaração.

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que se manifeste sobre a matéria articulada nos embargos de declaração, resultando prejudicada a análise dos demais dispositivos legais.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator